



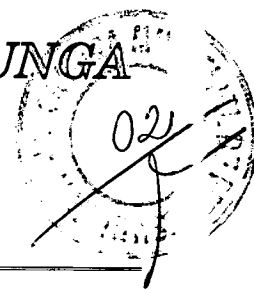
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4419

PROJETO DE LEI Nº 165/2013

“Dispõe sobre criação de empregos em comissão que especifica e dá outras providências”.....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criados os empregos em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Trânsito** e **Assistente do Diretor do Departamento Municipal de Trânsito**, com vencimentos equivalentes à referência inicial 49 (quarenta e nove) e 38 (trinta e oito), respectivamente, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, passando a constar do Anexo I da Lei nº 1.695, de 25 de março de 1986, e suas alterações posteriores.

Art. 2º As atribuições gerais dos ocupantes dos empregos criados no Artigo 1º, são as seguintes:

I - compete ao Diretor:

- a) exercer a direção geral, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos dos órgãos que lhe são diretamente subordinados;
- b) exercer supervisão técnica e normativa sobre os assuntos de competência da Diretoria, ainda que a sua execução esteja delegada a outro órgão;
- c) despachar com o Secretário, nos dias determinados, o expediente das repartições que dirige;
- d) coordenar o levantamento e a avaliação dos problemas públicos a cargo do seu setor e apresentar soluções no âmbito do planejamento governamental;
- e) encaminhar à Secretaria Municipal de Finanças, na época própria, a proposta orçamentária da Diretoria para o ano seguinte;
- f) preparar, anualmente, relatório de execução do orçamento no que diz respeito ao seu Departamento, para prestação de contas e avaliação do Plano de Ação Governamental;
- g) proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao Prefeito e despachos decisórios naqueles de sua competência;
- h) aprovar a escala de férias dos servidores do Departamento;



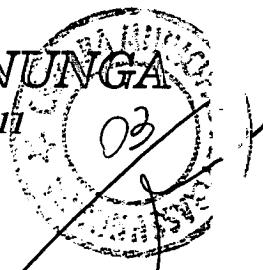
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



i) visar documentos referente ao pagamento a servidores pela prestação de serviços extraordinários ao departamento;

j) solicitar ao Prefeito a contratação de servidores para o Departamento, nos termos da legislação em vigor;

k) elogiar servidores, propor penas disciplinares cuja decisão e aplicação caberá ao Executivo;

l) determinar a realização de sindicâncias para apuração de irregularidades, bem como solicitar ao Prefeito a instauração de inquéritos administrativos, quando for o caso;

m) zelar pelo cumprimento do presente Regimento e dar instruções para a execução dos serviços;

n) resolver os casos omissos, bem como as duvidas suscitadas na execução deste Regimento, expedindo para esse fim as instruções necessárias.

II - compete ao Assistente do Diretor:

a) exercer a direção geral, a coordenação e a fiscalização dos programas e atividades a cargo do órgão sob sua direção;

b) apresentar relatórios de levantamentos solicitados pelo Diretor;

c) distribuir os serviços aos servidores, e ou, equipes a seu cargo, estudar e tomar medidas, com a colaboração dos setores pertinentes, para racionalizar métodos de trabalho e agilizar o atendimento ao Público;

d) preparar e propor ao Diretor, na época própria, cronograma das atividades programadas para o ano seguinte, com a indicação dos órgãos, e ou, setores responsáveis pela execução;

e) despachar e visar certidões expedidas pelo órgão que chefia;

f) fazer elaborar estudos e pareceres em processos sobre assuntos de sua competência;

g) opinar sobre o provimento de cargos e funções daqueles que integram o setor sob sua direção;

h) organizar e administrar as escalas e funções dos Agentes e demais servidores que integram o setor sob sua direção;

i) fornecer ao Secretário, nos prazos estabelecidos, subsídios destinados ao acompanhamento, avaliação e revisão dos programas e projetos pelos quais é responsável;



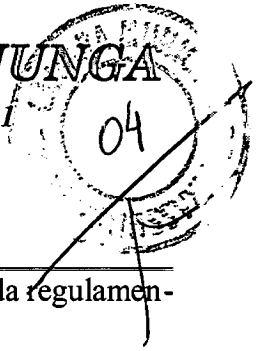
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



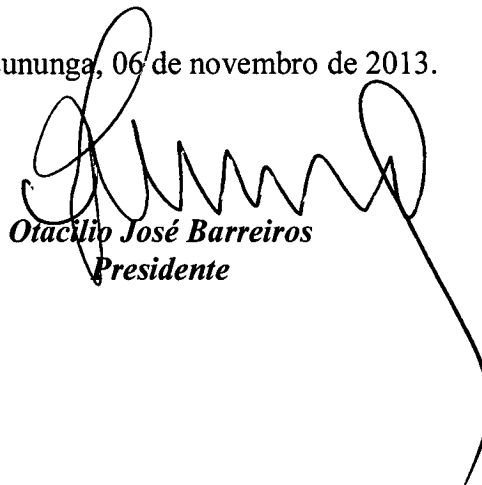
j) justificar faltas dos servidores sob sua direção, nos termos da regulamentação vigente;

k) propor ao Diretor o treinamento dos servidores em nível de chefia e de execução de serviços pertinentes ao Trânsito.

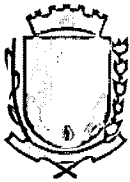
Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus Incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 06 de novembro de 2013.



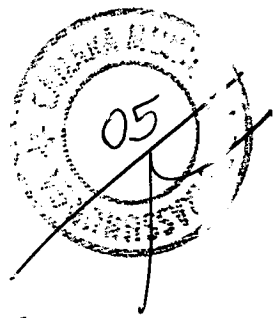
Otacílio José Barreiros
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- PROJETO DE LEI Nº 165/2013 -

"Dispõe sobre criação de empregos em comissão que especifica e dá outras providências".....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criados os empregos em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Trânsito** e **Assistente do Diretor do Departamento Municipal de Trânsito**, com vencimentos equivalentes à referência inicial 49 (quarenta e nove) e 38 (trinta e oito), respectivamente, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, passando a constar do Anexo I da Lei nº 1.695, de 25 de março de 1986, e suas alterações posteriores.

Art. 2º As atribuições gerais dos ocupantes dos empregos criados no Artigo 1º, são as seguintes:

I - compete ao Diretor:

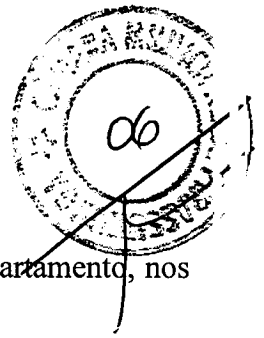
- a) exercer a direção geral, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos dos órgãos que lhe são diretamente subordinados;
- b) exercer supervisão técnica e normativa sobre os assuntos de competência da Diretoria, ainda que a sua execução esteja delegada a outro órgão;
- c) despachar com o Secretário, nos dias determinados, o expediente das repartições que dirige;
- d) coordenar o levantamento e a avaliação dos problemas públicos a cargo do seu setor e apresentar soluções no âmbito do planejamento governamental;
- e) encaminhar à Secretaria Municipal de Finanças, na época própria, a proposta orçamentária da Diretoria para o ano seguinte;
- f) preparar, anualmente, relatório de execução do orçamento no que diz respeito ao seu Departamento, para prestação de contas e avaliação do Plano de Ação Governamental;
- g) proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao Prefeito e despachos decisórios naqueles de sua competência;
- h) aprovar a escala de férias dos servidores do Departamento;
- i) vistar documentos referente ao pagamento a servidores pela prestação de serviços extraordinários ao departamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



j) solicitar ao Prefeito a contratação de servidores para o Departamento, nos termos da legislação em vigor;

k) elogiar servidores, propor penas disciplinares cuja decisão e aplicação caberá ao Executivo;

l) determinar a realização de sindicâncias para apuração de irregularidades, bem como solicitar ao Prefeito a instauração de inquéritos administrativos, quando for o caso;

m) zelar pelo cumprimento do presente Regimento e dar instruções para a execução dos serviços;

n) resolver os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução deste Regimento, expedindo para esse fim as instruções necessárias.

II - compete ao Assistente do Diretor:

a) exercer a direção geral, a coordenação e a fiscalização dos programas e atividades a cargo do órgão sob sua direção;

b) apresentar relatórios de levantamentos solicitados pelo Diretor;

c) distribuir os serviços aos servidores, e ou, equipes a seu cargo, estudar e tomar medidas, com a colaboração dos setores pertinentes, para racionalizar métodos de trabalho e agilizar o atendimento ao Público;

d) preparar e propor ao Diretor, na época própria, cronograma das atividades programadas para o ano seguinte, com a indicação dos órgãos, e ou, setores responsáveis pela execução;

e) despachar e visar certidões expedidas pelo órgão que chefia;

f) fazer elaborar estudos e pareceres em processos sobre assuntos de sua competência;

g) opinar sobre o provimento de cargos e funções daqueles que integram o setor sob sua direção;

h) organizar e administrar as escalas e funções dos Agentes e demais servidores que integram o setor sob sua direção;

i) fornecer ao Secretário, nos prazos estabelecidos, subsídios destinados ao acompanhamento, avaliação e revisão dos programas e projetos pelos quais é responsável;

j) justificar faltas dos servidores sob sua direção, nos termos da regulamentação vigente;

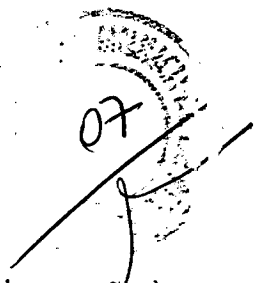
k) propor ao Diretor o treinamento dos servidores em nível de chefia e de execução de serviços pertinentes ao Trânsito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

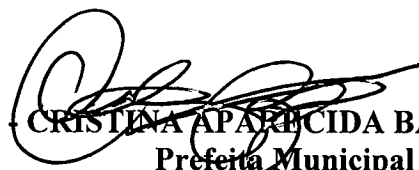
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus Incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 15 de outubro de 2013.



**CRISTINA APARECIDA BATISTA -
Prefeita Municipal**

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação para
dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de

Pirassununga, 27 de 10 de 2013

Presidente

A Comissão de Finanças, Orçamento e Lavoura ,
para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de

Pirassununga, 22 de 10 de 2013

Presidente

Aprovada em 1ª discussão.

Sala das Sessões da C. M. de

Pirassununga, 29 de 10 de 2013

Presidente

Aprovada em 2ª discussão.

À redação final.

Sala das Sessões da C. M. de

Pirassununga, 05 de 11 de 2013

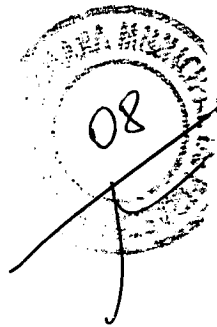
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



“ J U S T I F I C A T I V A ”

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

O Projeto de Lei que ora encaminhamos para apreciação dos nobres Vereadores, **dispõe sobre criação de empregos em comissão que especifica e dá outras providências.**

É de conhecimento público e notório dessa Casa de Leis, o clamor da população, quanto à necessidade de regulamentação do trânsito no perímetro urbano da nossa cidade, que embora se encontre municipalizado e constando do Cadastro Nacional de municípios integrantes do **DENATRAN** sob nº 268870, desde o ano de 2006, porém até a presente data não teve sua regulamentação efetivada pelo Poder Executivo, contando apenas e tão somente com os beneplácitos concedidos pelo convênio firmado entre o Município de Pirassununga e a Secretaria de Segurança Pública Estadual, delegando poderes à Polícia Militar para cumprimento das obrigações de competências exclusivamente municipais, contidas no artigo 24 e seus incisos do Código de Trânsito Brasileiro, o que na maioria das vezes, por falta de interesse do próprio executivo, deixa margem ao seu descumprimento, lembrando que o objetivo da regulamentação da matéria no âmbito é de extrema necessidade a fim de propiciar o bem estar e segurança dos munícipes.

Assim sendo, a criação do referido departamento e dos cargos supracitados é de extrema importância, para que a Administração Municipal possa exercer as prerrogativas e o fiel cumprimento à Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, cujo objetivo é permitir, através dos procedimentos necessários, planejar, coordenar e executar as ações de sua responsabilidade, que lhe são atribuídas nos termos do artigo 24, e seus incisos da Lei supracitada.

Dada a clareza com que o projeto segue redigido desde já contamos com o beneplácito dos nobres Vereadores que constituem essa Egrégia Câmara em acolher, analisar e aprovar mais essa iniciativa do Executivo Municipal.

Pirassununga, 15 de outubro de 2013.

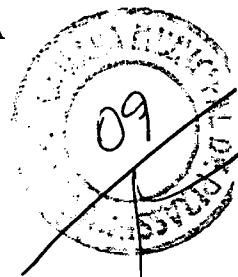

- CRISTINA APARECIDA BATISTA -
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Ofício nº 179/2013

As Comissões Permanentes em Plenário.

Pirassununga, 15 de outubro de 2013

Otacílio José Barreiros
Presidente

Pirassununga, 15 de outubro de 2013.

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação dos nobres Edis que constituem esse Egrégio Legislativo, Projeto de Lei que **dispõe sobre criação de empregos em comissão de Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e Assistente do Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências**, encarecendo para a matéria tramitação em regime de urgência de que trata o Artigo 36 da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

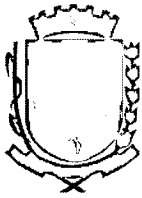

CRISTINA APARECIDA BATISTA -
Prefeita Municipal

Excelentíssimo Vereador

OTACÍLIO JOSÉ BARREIROS

Câmara Municipal de Pirassununga

Nesta.



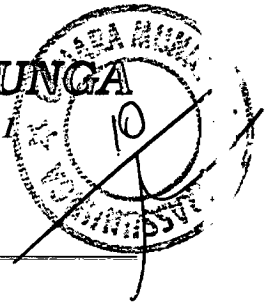
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER Nº

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 165/2013*, de autoria da Prefeitura Municipal, que *dispõe sobre criação de empregos em comissão de Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e Assistente do Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências*, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões,

29 OUT 2013

Dr. Milton Diniz Tadeu Urban
Presidente

Luciana Batista
Relatora

Alcimar Siqueira Montalvão
Membro

Cmp/asdba.



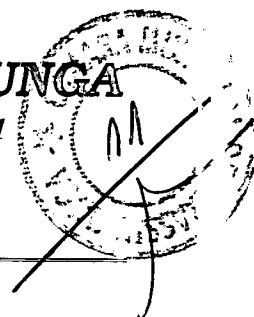
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



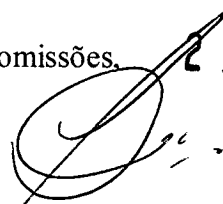
PARECER Nº

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 165/2013*, de autoria da Prefeita Municipal, que *dispõe sobre criação de empregos em comissão de Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e Assistente do Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro.

Sala das Comissões,

29 OUT 2013


Dr. José Carlos Mantovani
Presidente


João Gilberto dos Santos - "Gilberto Santa Fé"
Relator


João Batista de Souza Pereira
Membro

Cmp/asdba.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



– LEI Nº 4.503, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013 –

“Dispõe sobre criação de empregos em comissão que especifica e dá outras providências”.....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criados os empregos em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Trânsito** e **Assistente do Diretor do Departamento Municipal de Trânsito**, com vencimentos equivalentes à referência inicial 49 (quarenta e nove) e 38 (trinta e oito), respectivamente, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, passando a constar do Anexo I da Lei nº 1.695, de 25 de março de 1986, e suas alterações posteriores.

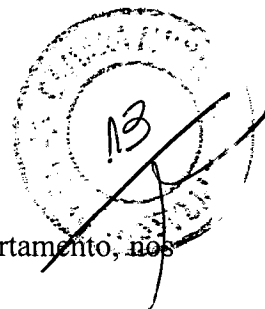
Art. 2º As atribuições gerais dos ocupantes dos empregos criados no Artigo 1º, são as seguintes:

I - compete ao Diretor:

- a) exercer a direção geral, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos dos órgãos que lhe são diretamente subordinados;
- b) exercer supervisão técnica e normativa sobre os assuntos de competência da Diretoria, ainda que a sua execução esteja delegada a outro órgão;
- c) despachar com o Secretário, nos dias determinados, o expediente das repartições que dirige;
- d) coordenar o levantamento e a avaliação dos problemas públicos a cargo do seu setor e apresentar soluções no âmbito do planejamento governamental;
- e) encaminhar à Secretaria Municipal de Finanças, na época própria, a proposta orçamentária da Diretoria para o ano seguinte;
- f) preparar, anualmente, relatório de execução do orçamento no que diz respeito ao seu Departamento, para prestação de contas e avaliação do Plano de Ação Governamental;
- g) proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao Prefeito e despachos decisórios naqueles de sua competência;
- h) aprovar a escala de férias dos servidores do Departamento;
- i) vistar documentos referente ao pagamento a servidores pela prestação de serviços extraordinários ao departamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



j) solicitar ao Prefeito a contratação de servidores para o Departamento, nos termos da legislação em vigor;

k) elogiar servidores, propor penas disciplinares cuja decisão e aplicação caberá ao Executivo;

l) determinar a realização de sindicâncias para apuração de irregularidades, bem como solicitar ao Prefeito a instauração de inquéritos administrativos, quando for o caso;

m) zelar pelo cumprimento do presente Regimento e dar instruções para a execução dos serviços;

n) resolver os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução deste Regimento, expedindo para esse fim as instruções necessárias.

II - compete ao Assistente do Diretor:

a) exercer a direção geral, a coordenação e a fiscalização dos programas e atividades a cargo do órgão sob sua direção;

b) apresentar relatórios de levantamentos solicitados pelo Diretor;

c) distribuir os serviços aos servidores, e ou, equipes a seu cargo, estudar e tomar medidas, com a colaboração dos setores pertinentes, para racionalizar métodos de trabalho e agilizar o atendimento ao Público;

d) preparar e propor ao Diretor, na época própria, cronograma das atividades programadas para o ano seguinte, com a indicação dos órgãos, e ou, setores responsáveis pela execução;

e) despachar e visar certidões expedidas pelo órgão que chefia;

f) fazer elaborar estudos e pareceres em processos sobre assuntos de sua competência;

g) opinar sobre o provimento de cargos e funções daqueles que integram o setor sob sua direção;

h) organizar e administrar as escalas e funções dos Agentes e demais servidores que integram o setor sob sua direção;

i) fornecer ao Secretário, nos prazos estabelecidos, subsídios destinados ao acompanhamento, avaliação e revisão dos programas e projetos pelos quais é responsável;

j) justificar faltas dos servidores sob sua direção, nos termos da regulamentação vigente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



k) propor ao Diretor o treinamento dos servidores em nível de chefia e de execução de serviços pertinentes ao Trânsito.


Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus Incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 7 de novembro de 2013.


- CRISTINA APARECIDA BATISTA -
Prefeita Municipal

Publicada na Portaria.
Data supra.


DANIEL GASPAR.
Secretário Municipal de Administração.
dag/.

primária nos limites da competência municipal, atuar como órgão regulador do abastecimento através de estudos e criação de apoio ao sistema de armazenamento e comercialização, desenvolver ações no mercado supridor, especialmente de gêneros de primeira necessidade, e executar outras tarefas correlatas.

Art. 3º Fica a criação da que trata o artigo 1º, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de que trata a Lei Complementar nº 22, de 29 de julho de 2009, fica redenominada para **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**.

Parágrafo único. O ocupante da função específica passa a denominar-se **Secretário Municipal de Meio Ambiente**.

Art. 4º Fica criado o Fundo Municipal da Agricultura, para que as receitas próprias possam suportar as despesas e investimentos da Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Pirassununga, 11 de dezembro de 2013

Cristina Aparecida Badala

Prefeita Municipal

Daniel Gaspar

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 4.502, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre a criação da Medalha "Honra ao Mérito Prof. Edirez da Silva Peres".

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criada a Medalha "Honra ao Mérito Prof. Edirez da Silva Peres", com o objetivo de homenagear anualmente, no dia 21 de dezembro "Dia do Atleta", com distinção especial em reconhecimento aos atletas que se destacarem nos Jogos Regionais dos Idosos – JORI, Jogos Regionais dos Abertos e Jogos Estaduais dos Idosos – JEI.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Prefeito Municipal autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus Incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 7 de novembro de 2013

Cristina Aparecida Badala

Prefeita Municipal

Daniel Gaspar

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 4.502, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre a criação de empregos em comissão que especifica e dá outras providências".

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criada os empregos em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e**

Assistente do Diretor do Departamento Municipal de Trânsito, com vencimentos equivalentes à referência inicial 49 (quarenta e nove) e 38 (trinta e oito), respectivamente, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, passando a constar do Anexo I da Lei nº 1.696, de 25 de março de 1986, e suas alterações posteriores.

Art. 2º As atribuições gerais dos ocupantes dos empregos criados no Artigo 1º, são as seguintes:

I - compete ao Diretor:

a) exercer a direção geral, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos dos órgãos que lhe são diretamente subordinados;

b) exercer supervisão técnica e normativa sobre os assuntos de competência da Diretoria, ainda que sua execução esteja delegada a outro órgão;

c) despachar com o Secretário, nos dias determinados no expediente das repartições que dirige;

d) coordenar o levantamento e a avaliação dos programas públicos a cargo do seu setor e apresentar soluções no âmbito do planejamento governamental;

e) encaminhar à Secretaria Municipal de Finanças, na época própria, a proposta orçamentária da Diretoria, para o ano seguinte;

f) preparar anualmente relatório de execução do orçamento, no que diz respeito ao seu Departamento, para prestação de contas e avaliação do Plano de Ação Governamental;

g) proferir despachos interlocutórios em processos, cuja decisão caiba ao Prefeito e despachos decisórios nos meios de sua competência;

h) aprovar a escala de férias dos servidores do Departamento;

i) visar documentos referente ao pagamento a servidores pela prestação de serviços extraordinários ao departamento;

j) solicitar ao Prefeito a contratação de servidores para o Departamento, nos termos da legislação em vigor;

k) elogiar servidores, propor penas disciplinares, cuja decisão e aplicação caberá ao Executivo;

l) determinar a realização de sindicâncias para apuração de irregularidades, bem como solicitar ao Prefeito a instauração de inquéritos administrativos, quando for o caso;

m) zelar pelo cumprimento do presente Regimento e dar instruções para a execução dos serviços;

n) resolver os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução deste Regimento, expedindo para esse fim as instruções necessárias.

II - compete ao Assistente do Diretor:

a) exercer a direção geral, a coordenação e a fiscalização dos programas e atividades a cargo do órgão sob sua direção;

b) apresentar relatórios de levantamentos solicitados pelo Diretor;

c) distribuir os serviços aos servidores, e ou, equívocos a seu cargo, estudar e tomar medidas com a colaboração dos setores pertinentes, para racionalizar métodos de trabalho e agilizar o atendimento ao Público;

d) preparar e propor ao Diretor, na época própria, cronograma das atividades programadas para o ano seguinte, com a indicação dos órgãos, e ou, setores responsáveis pela execução;

A black and white photograph showing a large, gnarled tree trunk with a significant hollowed-out section. A person is standing inside this hollow, looking out towards the camera. The tree is surrounded by dense foliage and other trees in the background, suggesting a forest or wooded area.

LEHMAN, C. L. 1963. *Journal of the American Water Resources Association* 1: 1-12.

"Dispõe sobre a criação de uma Comissão de Inquérito, a qual terá por finalidade investigar os fatos que especifica e da natureza dos fatos em causa"

6. A CÂMARA MUNICIPAL, LENDO E APROVANDO, A
PREFEITA MUNICIPAL, DE CANTAL, DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO, PROMULGA A SEGUINTE LEI COM DATA DE 1997

Art 1º A parte desta Lei é a Lei da Saneidade, de 1934, do
de Agricultura, e o resto da Lei da Saneidade, de
administrativa de que trata a Lei da Saneidade, de 1934,
de setembro de 1934.

§ 1º Fica criado o município, com sede no Município de Agrolândia, onde se encontra a fazenda do Anexo da fazenda de São José, com suas terras, conforme o mapa anexo, datado de 23 de maio de 1986, com suas alterações posteriores.

§ 2º A partir dessa data, o valor do "caput" do art. 12, foi aumentado de 14 para 28, o dia 1º (quinze); o número do empenho em Comissão de Assessoria de Secretaria, constante do Anexo da Lei nº 1.556, de 15 de março de 1998, foi alterado de 10 para 20.

[illegible]

© 2006 The Authors
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd

anexo de 2017

- e) despachar e visar certidões expedidas pelo órgão que chefia;
- f) fazer elaborar estudos e pareceres em processos sobre assuntos de sua competência;
- g) opinar sobre o provimento de cargos e funções daqueles que integram o setor sob sua direção;
- h) organizar e administrar as escalas e funções dos Agentes e demais servidores que integram o setor sob sua direção;
- i) fornecer ao Secretário, nos prazos estabelecidos, subsídios destinados ao acompanhamento, avaliação e revisão dos programas e projetos pelos quais é responsável;
- j) justificar faltas dos servidores sob sua direção, nos termos da regulamentação vigente;
- k) propor ao Diretor o treinamento dos servidores em nível de chefia e de execução de serviços pertinentes ao Trânsito.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus Incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 7 de novembro de 2013.

Cristina Aparecida Batista

Prefeita Municipal

Daniel Gaspar

Secretário Municipal de Administração.

~~*~*

LEI Nº 4.508, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre a implantação do Serviço Móvel de Urgência – SAMU (192), no âmbito do município de Pirassununga-SP, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências".....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pirassununga, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU (192), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de prestação de serviço pré-hospitalar, em primeiro nível de atenção, aos portadores de quadros agudos, de natureza clínica, traumática ou psiquiátrica, quando ocorrerem fora do ambiente hospitalar, podendo acarretar sofrimento, e/ou mesmo morte, sendo necessário, portanto, presta-lhe atendimento e/ou transporte, dando a população um adequado serviço de saúde, devidamente hierarquizado e integrado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 1º O atendimento pré-hospitalar móvel primário, é aquele cujo pedido de socorro for oriundo de um cidadão.

§ 2º O atendimento pré-hospitalar móvel secundário, é aquele cuja solicitação parte de um serviço de saúde, no qual o paciente já tenha recebido o primeiro atendimento necessário à estabilização do quadro de urgência apresentado, mas necessite ser conduzido a outro serviço de maior complexidade para a continuidade do tratamento.

Art. 2º A base do SAMU em Pirassununga funciona na Rua Germano Dix, nº 3046, local onde, atualmente, funciona a Central de Ambulâncias, esse local garante tempo resposta de qualidade e racionalidade na assistência dos atendimentos.

§ 1º O SAMU Pirassununga, contará com uma equipe de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, Técnicos de enfermagem e condutores emergencistas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco – obstétrica e de saúde mental.

§ 2º A base de Descentralizada do SAMU - Pirassununga funcionará com 2 (duas) viaturas, sendo

a) 1 Unidade de Suporte Avançado (USA) tripulada por 1 Conductor Emergencista, 1 Enfermeiro e 1 Médico. Esse componente assistencial tem as características de uma UTI móvel, são veículos destinados ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares, que necessitam de cuidados médicos intensivos;

b) 1 Unidade de Suporte Básico (USB) tripulada por 1 Conductor Emergencista e um Técnico de Enfermagem, são veículos destinados ao transporte de pacientes classificados com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante o transporte.

Art. 3º O SAMU estará à disposição da população por meio da Central de Regulação Médica de Urgência e Emergência, acessada gratuitamente, 24 horas por dia, pelo número de telefone 192 (um, nove, dois).

Parágrafo único. A Central de Regulação Médica de Urgência e Emergência será coordenada por um médico regulador com atuação preponderante em situações de interesse público e contará com uma equipe técnica, administrativas e operacionais localizada no Município de Araras.

Art. 4º O SAMU terá como finalidade proteger as vidas das pessoas e garantir a qualidade no atendimento no SAMU, como cinco ações:

- I – organizar o atendimento de urgência nos pontos de atendimentos e unidades básicas;
- II – estruturar o atendimento pré-hospitalar móvel;
- III – reorganizar as grandes urgências e pronto-socorro em hospitais;
- IV – criar retaguarda hospitalar para os atendidos nas urgências; e
- V – estruturar o atendimento pós – hospitalar.

Art. 5º São competências da central de Regulação Médica de Urgência e Emergência, dentre outras:

- I – avaliar e decidir sobre a gravidade de um caso de emergência, se está sendo comunicado por rádio ou telefone, estabelecendo a presumida gravidade;
- II – enviar os recursos necessários ao atendimento, considerando necessidades e ofertas disponíveis;
- III – monitorar e orientar o atendimento feito pelo profissional de saúde habilitado, por profissional da área de segurança ou bombeiro militar, ou ainda, por leigo que se encontra no local da situação de urgência;
- IV – definir e acionar o serviço de destino do paciente informando – o sobre as condições e previsão de chegada do mesmo, sugerindo os meios necessários para ser acolhido;
- V – avaliar a necessidade do envio de meios móveis de

atenção

VI - definir e pactuar a implantação de protocolos de atendimento em nível municipal e hospitalar

VII - registrar e avaliar as missões de atendimento e as demandas dos pacientes

VIII - registrar sistematicamente os dados das missões

X - articular, dentro do hospitalar ou ambulatorial, dos pacientes, a rede de atenção hospitalar

XI - garantir que a atenção a desastres que estejam pactuados com todos os intervenientes frente a situações excepcionais, cobrindo o conjunto da atenção médica da região

XII - avaliar recursos públicos e privados em situações excepcionais, com pagamento ou contrapartida a posteriori, mediante contrapartida a ser realizada com as autoridades competentes

XIII - garantir a autoridade de regulação pública das urgências sobre a atenção em hospitalar, rede privada, semelhança, rede municipalizada, atendendo pacientes do setor público, sendo o responsável privado responsabilizado pelo atendimento, até o destino até o seu destino definitivo, sob a coordenação de Saúde e

XIV - garantir a integração dos setores do complexo regulador, com a rede de saúde, as informações necessárias para o atendimento do paciente para os locais adequados, sob a coordenação de Saúde e

Art. 10. O Conselho Municipal de Atenção às Urgências, órgão de regulação, planejamento, controle e avaliação da atenção às urgências, será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Municipal de Saúde
II - Hospitais Públicos e UPAs
III - Hospitais Privados
IV - Corpo de Bombeiros
V - Polícia Rodoviária Federal
VI - Defesa Civil
VII - Polícia Militar
VIII - Conselho Municipal de Saúde

Art. 11. As despesas decorrentes da execução da presente Lei pertencem à ordem de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus parágrafos e alíneas, da Constituição Federal, nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando as disposições contrárias revogadas.

Prassununga, 14 de novembro de 2013.

Christina Aparecida Batista
Prefeita Municipal
Mário Cavaliere
Secretário Municipal de Administração

Art. 13. O Conselho Municipal de Atenção às Urgências, órgão de regulação, planejamento, controle e avaliação da atenção às urgências, será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Municipal de Saúde
II - Hospitais Públicos e UPAs
III - Hospitais Privados
IV - Corpo de Bombeiros
V - Polícia Rodoviária Federal
VI - Defesa Civil
VII - Polícia Militar
VIII - Conselho Municipal de Saúde

Art. 14. As despesas decorrentes da execução da presente Lei pertencem à ordem de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus parágrafos e alíneas, da Constituição Federal, nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando as disposições contrárias revogadas.

Prassununga, 14 de novembro de 2013.

Christina Aparecida Batista
Prefeita Municipal
Mário Cavaliere
Secretário Municipal de Administração

para o trabalho em conjunto dos diversos equipamentos de urgência, para a cobertura de grandes eventos e acionamento para catástrofes e para o acolhimento de todos os pacientes com agravos agudos à saúde, nas diversas rotas de urgência, otimizando recursos, readaptando fluxos e fortalecimento a regulação médica do Serviço de Atendimento de Urgência - SAMU.

VII - acompanhar de forma permanente os processos de financiamento que possam ser revertidos para o Sistema de Atenção às Urgências

X - articular-se com outros Comitês setoriais com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e controle social

XI - divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social e

XII - manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência

Art. 8º O Conselho Municipal de Atenção às Urgências - CIMA-U, será composto por representantes dos seguintes órgãos:

Secretaria Municipal de Saúde

SAMU-192

Hospitais Públicos e UPAs

Hospitais Privados

Corpo de Bombeiros

Polícia Rodoviária Federal

Defesa Civil

Polícia Militar

Conselho Municipal de Saúde

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Lei pertencem à ordem de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus parágrafos e alíneas, da Constituição Federal, nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando as disposições contrárias revogadas.

Prassununga, 14 de novembro de 2013.

Christina Aparecida Batista

Prefeita Municipal

Mário Cavaliere

Secretário Municipal de Administração

Prassununga, 14 de novembro de 2013.

Christina Aparecida Batista

Prefeita Municipal

Mário Cavaliere

Secretário Municipal de Administração

Prassununga, 14 de novembro de 2013.

LEI Nº 4.517 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo a utilizar eventuais recursos residuais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização da Magistério - FUNDEB para o pagamento de bônus por assiduidade aos servidores que especifica e dá providências

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar eventuais recursos residuais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização da Magistério - FUNDEB para o pagamento de bônus por assiduidade aos profissionais do magistério público da educação básica que tenham atuado durante o ano letivo de 2013, na rede pública municipal de ensino.